

Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023

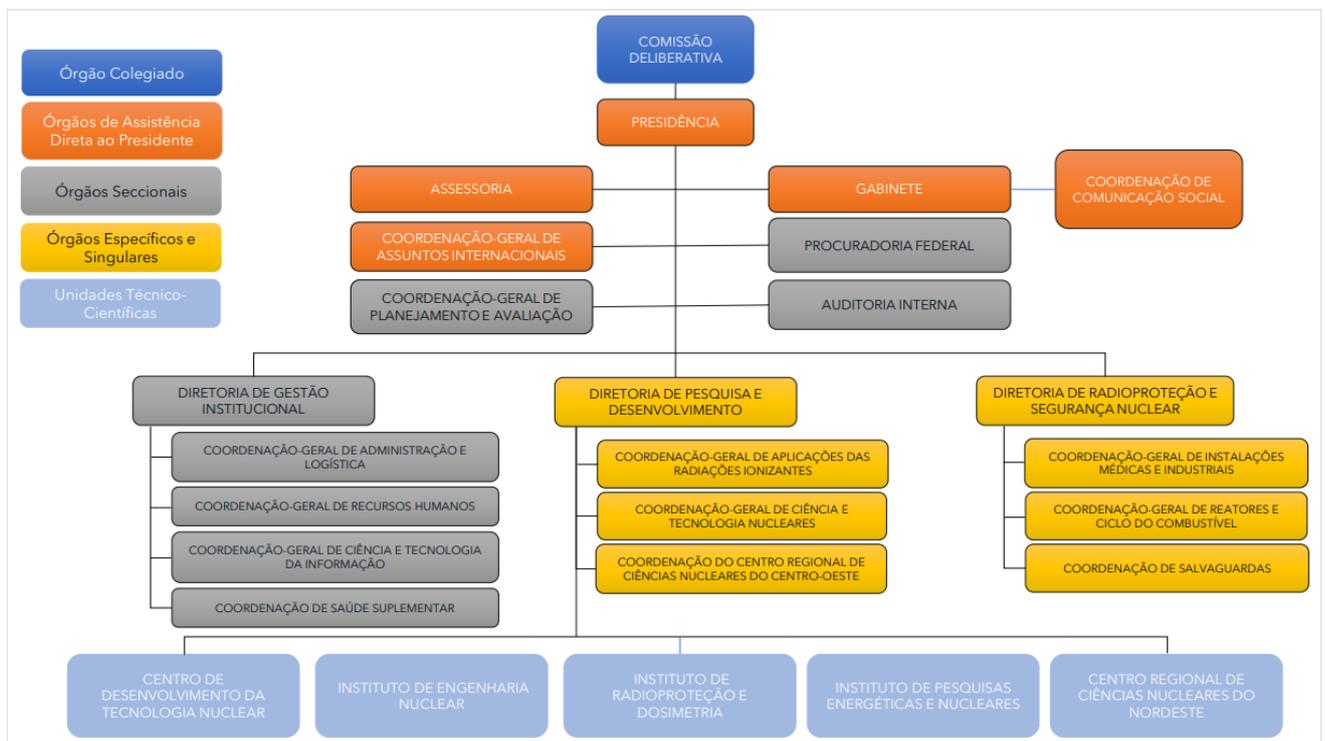
1. Estrutura organizacional da CNEN

O órgão 20301 – Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) é composta por 9 Unidades Gestoras

- 113201 – COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR.
- 113202 – INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES-IPEN.
- 113203 – INSTITUTO DE ENGENHARIA NUCLEAR-IEN.
- 113204 – INSTITUTO DE RADIOPROTEÇÃO E DOSIMETRIA-IRD.
- 113205 – CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DA TECNOLOGIA NUCLEAR-CDTN.
- 113207 – CENTRO REGIONAL DE CIÊNCIAS NUCLEARES DO CENTRO OESTE-CRCN-CO.
- 113209 – CNEN-ORÇAMENTO E FINANÇAS.
- 113210 – LABORATÓRIO DE POÇOS DE CALDAS-LAPOC.
- 113211 – CENTRO REGIONAL DE CIÊNCIAS NUCLEARES DO NORDESTE-CRCN-NE.

A estrutura organizacional vigente da CNEN foi estabelecida pelo Decreto nº 11.244, de 21 de outubro de 2022, que alterou o Decreto nº 8.886, de 24 de outubro de 2016. As competências dos órgãos que compõem o organograma apresentado abaixo estão detalhadas no Regimento Interno da CNEN, aprovado pela Comissão Deliberativa da CNEN com a publicação da Resolução CNEN nº 301, de 28 de dezembro de 2022.

Figura 1 – Organograma da CNEN



Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023

2. Base de preparação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis da CNEN são elaboradas com base nos dispositivos legais aplicáveis em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis ao Setor Público - NBC TSP; as instruções do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição, bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto (macrofunções).

As NBC TSP guardam correlação com as International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, por ser o Brasil um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

As demonstrações contábeis apresentam as informações consolidadas de todas as unidades gestoras da CNEN, e foram elaboradas a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), utilizado para a execução orçamentária, financeira e patrimonial.

As demonstrações contábeis são a representação estruturada da situação patrimonial e do desempenho da entidade. A finalidade das demonstrações contábeis é proporcionar informação, sobre a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade, que seja útil a grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões sobre a alocação de recursos. Especificamente, as demonstrações contábeis no setor público devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados.¹

As Demonstrações Contábeis são compostas por: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); Balanço Orçamentário (BO); Balanço Financeiro (BF); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Notas Explicativas.

3. Resumo das principais práticas e critérios contábeis

a) *Moeda funcional e saldos em moeda estrangeira*

A moeda funcional utilizada nos demonstrativos da CNEN é o Real. No âmbito da CNEN, existem algumas transações que são feitas em moeda estrangeira, como importações de bens e produtos. Podem, também, ocorrer pagamentos de diárias no exterior em moeda estrangeira de acordo com a legislação aplicável.

Se houver saldos em moeda estrangeira nos demonstrativos, estes são convertidos no SIAFI para a moeda funcional (Real) de acordo com a taxa de câmbio vigente na data das Demonstrações Contábeis.

¹ Definição apresentada na NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa na Conta Única do Tesouro Nacional, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber decorrentes de créditos não tributários, transferências concedidas, empréstimos concedidos, adiantamentos e valores a compensar, entre outros. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

d) Estoques

Os estoques são mensurados ou avaliados pelo valor de aquisição.

e) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção e ficam sujeitos à depreciação ou amortização, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição ou construção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros, conforme características de cada Ativo.

f) Depreciação de bens móveis e Amortização de intangíveis

A base de cálculo para contabilização da depreciação e da amortização é o custo do ativo do imobilizado ou intangível. O método de cálculo dos encargos de depreciação e amortização é o das quotas constantes.

g) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. O valor depreciado dos bens imóveis da CNEN é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável utilizando-se o Método da Parábola de *Kuentzle*, e o registro no Siafi é feito pela CCONT/STN.

h) Intangíveis

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023

i) Passivos Circulante e Não Circulante

As obrigações da CNEN são evidenciadas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte definição: Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade, conforme estabelece a NBC TSP Estrutura Conceitual.

j) Provisões

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto, mas é possível a estimativa confiável do seu valor.

k) Apuração do resultado

A partir das Demonstrações Contábeis, há a apuração dos seguintes resultados: patrimonial, orçamentário e financeiro.

(1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão.

(2) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. O Resultado Financeiro pode ser verificado também na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos: operacional, de investimento e de financiamento.

(3) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto o superávit é apresentado junto às despesas.

Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023
I) Conformidade

A fim de promover a confiabilidade, a regularidade, a completude, da abrangência dos lançamentos e procedimentos contábeis na CNEN, a Divisão de Contabilidade adota os seguintes procedimentos: I) Orientação, análise e acompanhamento contábil das unidades gestoras jurisdicionadas; II) Análise dos balanços, dos balancetes e demais demonstrações contábeis das unidades gestoras jurisdicionadas; III) Assistência, orientação e apoio técnico aos ordenadores de despesa e responsáveis por bens, direitos e obrigações da CNEN; IV) Realização da Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, à vista dos princípios e normas contábeis aplicadas ao setor público, do plano de contas aplicado ao setor público e da conformidade dos registros de gestão da unidade gestora.

A Setorial Contábil da CNEN atua de forma rotineira junto às Unidades Gestoras a fim de evitar/minimizar registros que causem restrições contábeis.

4. Demonstrações Contábeis

Abaixo seguem as Demonstrações Contábeis em formato resumido, dos principais grupos de contas, considerando o período de referência o Segundo Trimestre de 2023.

Balanco Patrimonial

R\$ 1,00

ATIVO	NE	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE		157.956.054,10	154.329.498,39
Caixa e Equivalentes de Caixa		128.904.349,75	113.405.067,71
Créditos a Curto Prazo	1	16.735.246,85	26.646.995,66
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	442.760,94
Estoques		12.316.457,50	13.834.674,08
ATIVO NÃO CIRCULANTE		642.521.103,52	640.218.498,25
Imobilizado	3	640.279.149,89	638.221.497,60
Intangível	4	2.241.953,63	1.997.000,65
TOTAL DO ATIVO		800.477.157,62	794.547.996,64

PASSIVO	NE	2023	2022
PASSIVO CIRCULANTE		113.771.054,48	77.959.514,30
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		64.326.849,72	44.459.660,77
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	5	8.194.913,96	4.789.547,66
Provisões a Curto Prazo		17.455.651,10	13.766.484,68
Demais Obrigações a Curto Prazo		23.793.639,70	14.943.821,19
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		-	-

Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023

TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		113.771.054,48	77.959.514,30
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		686.706.103,14	716.588.482,34
Reservas de Capital		63,61	63,61
Demais Reservas		5.085,89	5.085,89
Resultados Acumulados		686.700.953,64	716.583.332,84
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		800.477.157,62	794.547.996,64

Análise – Visão Geral

BALANÇO PATRIMONIAL	AH%	AV 2023
ATIVO CIRCULANTE	2%	20%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	0%	80%
TOTAL DO ATIVO	1%	100%
PASSIVO CIRCULANTE	46%	14%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-4%	86%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1%	100%

Demonstração das Variações Patrimoniais

R\$ 1,00

VARIAÇÃO PATRIMONIAL	NE	2023	2022
AUMENTATIVA	13	1.075.667.047,04	1.080.349.329,60
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		17.779.889,52	14.535.906,93
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		64.009.347,49	62.325.861,14
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		3.495.194,38	3.770.748,88
Transferências e Delegações Recebidas		986.070.178,47	949.735.169,02
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		4.093.889,95	49.691.372,70
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		218.547,23	290.270,93
DIMINUTIVA	14	1.105.769.571,38	1.066.285.836,10
Pessoal e Encargos		205.835.030,63	222.217.122,81
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		193.929.183,73	181.567.697,87
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		141.418.983,72	124.846.163,68
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		223.462,19	22.919,45
Transferências e Delegações Concedidas		543.547.948,83	522.491.756,45
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		13.559.565,57	8.349.825,50
Tributárias		1.024.072,67	881.055,53
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		6.231.324,04	5.909.294,81
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	15	-30.102.524,34	14.063.493,50

Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023

Demonstração dos Fluxos de Caixa

R\$1,00

FLUXOS DE CAIXA	NE	2023	2022	AH%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		23.605.206,19	9.763.233,21	142%
INGRESSOS	16	1.100.421.630,19	1.055.460.351,43	4%
Receita Tributária		12.443.382,19	10.161.411,92	22%
Receita Patrimonial		220.696,22	258.273,76	-15%
Receita Industrial		55.917.136,59	52.438.185,90	7%
Receita de Serviços		1.014.391,25	1.780.990,50	-43%
Remuneração das Disponibilidades		3.475.645,77	2.967.646,61	17%
Outras Receitas Derivadas e Originárias		33.035,53	57.001,55	-42%
Transferências Recebidas		-	2.644.620,66	-
Outros Ingressos Operacionais		1.027.317.342,64	985.152.220,53	4%
DESEMBOLSOS	17	-1.076.816.424,00	-1.045.697.118,22	3%
Pessoal e Demais Despesas		-466.167.932,44	-458.482.145,57	-2%
Transferências Concedidas		-30.227.422,07	-31.387.865,50	4%
Outros Desembolsos Operacionais		-580.421.069,49	-555.827.107,15	-4%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-3.679.569,71	-1.503.060,84	145%
INGRESSOS		-	-	
DESEMBOLSOS	17	-8.105.924,15	-5.164.180,73	57%
Aquisição de Ativo Não Circulante		-7.751.339,53	-5.004.936,69	55%
Outros Desembolsos de Investimentos		-354.584,62	-159.244,04	123%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-	
INGRESSOS		-	-	
DESEMBOLSOS		-	-	
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		15.499.282,04	4.599.052,48	237%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		113.405.067,71	110.965.745,30	2%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		128.904.349,75	115.564.797,78	12%

Balanco Orçamentário

R\$ 1,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	(%) Realização	SALDO
RECEITAS CORRENTES	107.836.221,00	73.104.287,55	68%	-34.731.933,45
Receitas Tributárias	-	12.443.382,19	-	12.443.382,19
Receita Patrimonial	6.300.123,00	3.696.341,99	59%	-2.603.781,01
Receita Industrial	98.289.490,00	55.917.136,59	57%	-42.372.353,41
Receitas de Serviços	3.209.094,00	1.014.391,25	32%	-2.194.702,75
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	37.514,00	33.035,53	88%	-4.478,47
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	107.836.221,00	73.104.287,55	68%	-34.731.933,45

Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023

DEFICIT		974.468.315,11		974.468.315,11
TOTAL	107.836.221,00	1.047.572.602,66		939.736.381,66
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	160.133.219,00	-		-160.133.219,00
Excesso de Arrecadação	-	-		-
Créditos Cancelados	160.133.219,00	-		-

R\$ 1,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	(%) EMPENHO	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	1.113.490.956,00	1.046.419.968,86	94%	67.070.987,14
Pessoal e Encargos Sociais	794.489.257,00	794.489.257,00	100%	-
Outras Despesas Correntes	319.001.699,00	251.930.711,86	79%	67.070.987,14
DESPESAS DE CAPITAL	10.194.596,00	1.152.633,80	11%	9.041.962,20
Investimentos	10.194.596,00	1.152.633,80	11%	9.041.962,20
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
TOTAL DESPESAS	1.123.685.552,00	1.047.572.602,66	93%	76.112.949,34

R\$ 1,00

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	
ORÇAMENTO CORRENTE	-974.468.315,11
ORÇAMENTO DE CAPITAL	-1.152.633,80
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	-975.620.948,91

Balanco Financeiro

R\$ 1,00

INGRESSOS	NE	2023	2022
Receitas Orçamentárias	11	73.104.287,55	70.308.130,90
Vinculadas		73.131.381,98	70.355.845,06
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-27.094,43	-47.714,16
Transferências Financeiras Recebidas		983.209.646,65	945.510.008,31
Resultantes da Execução Orçamentária		841.035.053,08	844.966.878,00
Independentes da Execução Orçamentária		142.174.593,57	100.543.130,31
Recebimentos Extraorçamentários	11	717.576.923,88	647.571.295,87
Saldo do Exercício Anterior		113.405.067,71	110.965.745,30
TOTAL		1.887.295.925,79	1.774.355.180,38

R\$ 1,00

DISPÊNDIOS	NE	2023	2022
Despesas Orçamentárias	12	1.047.572.602,66	992.088.001,15
Ordinárias		615.301.128,79	532.796.515,72
Vinculadas		432.271.473,87	459.291.485,43
Transferências Financeiras Concedidas		541.425.416,74	520.715.084,50
Pagamentos Extraorçamentários	12	169.393.556,64	145.987.296,95



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÕES



Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023

Saldo para o Exercício Seguinte		128.904.349,75	115.564.797,78
TOTAL		1.887.295.925,79	1.774.355.180,38

Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023
5. Notas Explicativas
I - Notas Explicativas do Balanço Patrimonial
Nota 01 – Créditos a Curto Prazo

No segundo trimestre de 2023, a CNEN apresentou R\$ 16,7 milhões em Créditos a Curto Prazo, 78% desse valor se referem a saldos a receber de Clientes, enquanto 22% se referem a Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

Tabela 1 - BP: Créditos a Receber CP – Composição
R\$ 1,00

CONTA	CONTA CONTÁBIL	30/06/2023	31/12/2022	% AH	% AV 2023
	CREDITOS A CURTO PRAZO	16.735.246,85	26.646.995,66	-37%	100%
11.220.00.00	CLIENTES	12.994.497,76	14.501.015,54	-10%	78%
11.300.00.00	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CP	3.740.749,09	12.145.980,12	-69%	22%

Fonte: Siafi BP, 2023 e 2022.

Em relação aos valores a receber de Clientes, o IPEN (UG 113202) registra quase a totalidade dos valores de clientes por ser a maior unidade produtora da CNEN, 96% do saldo total de Clientes se refere ao IPEN.

Tabela 2 - Clientes – Composição por UG
R\$ 1,00

UG Executora	Conta Contábil	JUN/2023	DEZ/2022	AH (%)	AV 2023 (%)	
113202	112210103	FATURAS/DUPL A REC - ESTOQUES PROPRIOS	11.718.184,90	13.189.189,05	-11%	96%
	112210106	FATURAS/DUPL A REC - PRESTACAO DE SERVICOS	92.657,14	94.435,13	-2%	
	112220103	FATURAS/DUPL A REC - ESTOQUE PROPRIO - INTRA	318.584,73	303.795,22	5%	
	112220106	FATURAS/DUPL A REC - PREST DE SERVICOS -INTRA	5.785,87	7.043,97	-18%	
	112240103	FATURAS/DUPL A REC - ESTOQ PROPRIO-INTER EST	326.974,29	368.112,76	-11%	
	112240106	FATURAS/DUPL A REC - PREST SERVICOS-INTER EST	4.543,63	2.475,29	84%	
	112250106	FATURAS/DUPL A REC - PREST SERVICOS-INTER MUN		992,69	-100%	
	Total	12.466.730,56	13.966.044,11	-11%		
113203	112210103	FATURAS/DUPL A REC - ESTOQUES PROPRIOS	27,00	27,00	0%	0%
	112210106	FATURAS/DUPL A REC - PRESTACAO DE SERVICOS	9.225,74	9.225,74	0%	
	Total	9.252,74	9.252,74	0%		
113204	112210102	FATURAS/DUPL A REC - ESTOQUE REGULADOR PGPM	631,21	631,21	0%	3%
	112210103	FATURAS/DUPL A REC - ESTOQUES PROPRIOS	667,15	-	-	
	112210105	FATURAS/DUPL A REC - ESTOQUES POR ATACADO	33,88	33,88	0%	
	112210106	FATURAS/DUPL A REC - PRESTACAO DE SERVICOS	403.110,51	379.138,17	6%	
	112210180	OUTRAS FATURAS/DUPLICATAS A RECEBER	300,00	300,00	0%	
	Total	404.742,75	380.103,26	6%		
113205	112210106	FATURAS/DUPL A REC - PRESTACAO DE SERVICOS	113.771,71	145.615,43	-22%	1%
Total	Total	113.771,71	145.615,43	-22%		
Total		12.994.497,76	14.501.015,54	-10%	100%	

Fonte: Tesouro Gerencial 2023/2022.

Nota 02 – Investimentos

A CNEN não possui ativos classificados como investimentos, ao final do segundo trimestre de 2023.

No primeiro trimestre de 2023 foi realizada a baixa de valores referente a Bônus da UNESCO que estavam cadastrados como Ativos da CNEN nas UGs 113201 e 113204 (conta contábil 114110500 – BONUS).

Os Bônus da Unesco eram adquiridos através do IBECC – Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura para aquisição de publicações técnico científicas.

Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023

No entanto, os bônus foram utilizados no período de 2009 a 2013 conforme conciliação apresentada no Processo 01341.003057/2023-67.

Como esses valores já não representavam a realidade do Ativo da CNEN, foram baixados dos registros contábeis em 09 de fevereiro de 2023, através do documento SIAFI NL000016.

Tabela 3 - Investimentos – Composição

R\$

	30/06/2023	31/12/2022	AH (%)
Ativo Circulante			
Bônus	0,00	442.760,94	N/A
Demais Investimentos Temporários	0,00	0,00	-
Total	0,00	442.760,94	0,00

Fonte: SIAFI 2022 e SIAFI 2023

Não há ativos classificados no grupo “Investimentos” do Ativo não Circulante da CNEN.

Historicamente, no início de março de 2021 a Medida Provisória nº 998/2020, que tratava da transferência para a União das ações (investimentos) que a CNEN era detentora foi convertida na lei 14.120/2021. Essa transferência foi tratada no artigo 11 dessa lei:

“Art. 11. Ficam transferidas para a União, em sua totalidade, as ações de titularidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) representativas do capital social da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB) e da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep).” Fonte: Lei 14.120 de 01 de março de 2021”

Dessa forma, os valores referentes aos investimentos da CNEN foram baixados, devido à contabilização de transferência das ações das empresas estatais Indústrias Nucleares do Brasil S.A (INB) e Nuclebras Equipamentos Pesados (NUCLEP) para a União em 05/05/2021.

A transferência foi registrada no documento **2021NS000586**, o qual transferiu da Unidade Gestora 113209 (CNEN) para a Unidade Gestora 170510 (COPAR/STN).

Nota 03 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão os ativos que possuem vida útil definida. Também, bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período (despesa).

Em 30/06/2023, a Comissão Nacional de Energia Nuclear apresentou um saldo de R\$ **640.279.149,89** relacionados ao ativo imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, comparando o período de junho/2023 com dezembro/2022.

Tabela 4 – Imobilizado

	30/06/2023	31/12/2022	R\$ AH (%)
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	279.746.635,06	272.787.704,74	3%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(137.628.980,97)	(132.771.528,88)	4%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	498.673.852,98	498.612.985,02	0%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(512.357,18)	(407.663,28)	26%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Total	638.843.476,19	638.221.497,60	0,32%

Fonte: SIAFI 2023 e 2022.

Bens Móveis

O valor líquido dos Bens Móveis do Órgão 20301 em 30/06/2023 totalizava R\$ **142.117.654,09** e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 5 - Bens Móveis

	30/06/2023	31/12/2022	AH (%)	AV 2023 (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	196.876.240,74	194.316.328,97	1,32	138,53
Bens de Informática	46.334.922,10	42.095.524,29	10,07	32,60
Móveis e Utensílios	17.648.707,74	17.387.024,99	1,51	12,42
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	5.556.695,42	5.683.989,13	-2,24	3,91
Veículos	8.545.337,75	7.321.061,45	16,72	6,01

R\$

Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023

Peças e Conjuntos de Reposição	0,00	0,00	N/A	0,00
Bens Móveis em Andamento	4.249.895,88	5.467.950,85	-22,28	2,99
Bens Móveis em Almoxarifado	2.700,00	2.700,00	0,00	0,00
Armamentos	400,00	400,00	0,00	0,00
Semoventes e Equipamentos de Montaria	0,00	0,00	N/A	0,00
Demais Bens Móveis	531.735,43	512.725,06	3,71	0,37
Depreciação / Amortização Acumulada	-137.628.980,97	-132.771.528,88	3,66	-96,84
Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00	N/A	0,00
Total	142.117.654,09	140.016.175,86	1,50	100

Fonte: SIAFI 2023 e 2022.

A maior variação em bens móveis ocorreu em “Bens Móveis em andamento” refere-se à finalização das importações e consequente incorporação do bem ao patrimônio da CNEN.

O registro automático da STN para os bens que foram recebidos a título de comodato ou cessão de uso não foi reclassificado pela SEDE e pelo IRD. A Setorial Contábil também abriu processos para a regularização da questão. Na Sede, os processos específicos de reclassificação (Processo nº 01341.003138/2020-14 e 01341.003370/2020-52), não foram solucionados. De modo análogo a questão no IRD também continua pendente (Processo nº 01341.006717/2020-19).

Existe diferenças antigas e relevantes entre os registros patrimoniais e os valores registrados na Sede, IRD e CRCN-NE que estão sendo informadas reiteradamente nas restrições contábeis (Processo nº 01341.003227/2023-11).

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 30/06/2023 totalizavam R\$ 498.205.321,74 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 6 - Bens Imóveis

	R\$			
	30/06/2023	31/12/2022	AH(%)	AV(%)
Bens de Uso Especial	480.502.222,17	480.502.222,17	0,00	96,46
Bens de Uso Comum do Povo	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens Dominicais	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens Imóveis em Andamento	167.910,67	167.910,67	0,00	0,03
Instalações	3.133.339,43	3.133.339,43	0,00	0,63
Demais Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	14.870.380,71	14.809.512,75	0,41	2,99
Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00	0,00	0,00

Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023

Depreciação / Amortização Acumulada	(512.357,18)	(407.663,28)	-25,68	-0,10
Total	498.161.495,80	498.205.321,74	-0,01	100

Fonte: Tesouro Gerencial.

De acordo com a tabela anterior, os bens de uso especial correspondem a 96,46% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial da Comissão Nacional de Energia Nuclear, perfazendo o montante de R\$ 480.502.222,17 em 30/06/2023 a valores brutos.

O grupo “Bens Imóveis” manteve-se estável, não havendo novas aquisições ou reavaliações no período acima evidenciado. Os valores de depreciação desse grupo são registrados pela SPU com base nas informações constantes no SPIUnet. O cálculo é feito no Spiunet e passado para a STN que registra a depreciação através de Nota de Lançamento.

Os bens de Uso Especial estão distribuídos, conforme a tabela a seguir.

Tabela 7 - Bens de Uso Especial - Composição

	R\$		
	30/06/2023	31/12/2023	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	0,00	0,00	0,00
Terrenos, Glebas	72.655.450,16	72.655.450,16	0,00
Aquartelamentos	0,00	0,00	0,00
Imóveis de Uso Educacional	0,00	0,00	0,00
Edifícios	2.132.734,43	2.132.734,43	0,00
Complexos, Fábricas e Usinas	0,00	0,00	0,00
Imóveis Residenciais e Comerciais	512.324,46	512.324,46	0,00
Aeroportos, Estações e Aeródromos	0,00	0,00	0,00
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	405.201.713,12	405.201.713,12	0,00
Total	480.502.222,17	480.502.222,17	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial.

O total evidenciado em Outros Bens Imóveis de Uso Especial, contém os laboratórios da CNEN, onde são realizadas as atividades de pesquisa e produção de radiofármacos.

Não houve alteração nos valores dos Bens Imóveis de Uso Especial até o segundo trimestre de 2023.

Demais considerações
(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoração, desabamento, arruinamento, dentre outros.

(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

A entidade deve avaliar, na data das demonstrações contábeis, se há indicação de que o ativo possa ser objeto de redução ao valor recuperável. Se houver qualquer indicação, a entidade deve estimar esse valor. Se não houver indicação de potencial perda por redução ao valor recuperável, não é necessário que a entidade faça uma estimativa formal desse valor.

A entidade deve reconhecer uma perda por desvalorização de um ativo no resultado do período apenas se o valor contábil desse ativo for superior ao seu valor recuperável. Nessa situação, a entidade deve reduzir o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável.

No segundo trimestre de 2023 não houve registro de perda com teste de recuperabilidade nos registros da Comissão Nacional de Energia Nuclear

(a.3) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

No segundo trimestre de 2023 não houve registro de ajuste de exercícios anteriores na Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Nota 04 – Intangível

Ativo intangível é o ativo não monetário identificável sem forma física.

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva

Em 30/06/2023, a Comissão Nacional de Energia Nuclear apresentou um saldo contábil de **R\$ 2.241.953,63** relacionados ao intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível.

Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023
Tabela 8 - Intangível – Composição

		R\$	
	30/06/2023	31/12/2022	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	179.563,92	143.250,10	25,35
Software com Vida Útil Indefinida	2.188.892,28	1.883.785,48	16,20
Amortização Acumulada	(126.502,57)	(30.034,93)	321,18
Total	2.241.953,63	1.997.000,65	12,27

Fonte: Tesouro Gerencial

O ativo intangível da CNEN é composto por softwares, tanto de vida útil definida como vida útil indefinida, sendo que esse último apresenta valor mais relevante em comparação ao primeiro. A amortização é referente apenas aos softwares com vida útil definida.

Em regra, os softwares da CNEN são referentes a licenças anuais de sistemas operacionais ou softwares de apoio às atividades laboratoriais.

A tabela a seguir mostra a distribuição do intangível pelas Unidades Gestoras da CNEN.

Tabela 9 - Distribuição do Intangível – Composição

Conta Contábil	UG	30/06/2023	31/12/2022
Software com Vida Útil Definida	113205	179.563,92	143.250,10
	Total	179.563,92	143.250,10
Amortização acumulada	113205	(126.502,57)	(30.034,93)
	Total	(126.502,57)	(30.034,93)
Software com Vida Útil Indefinida	113201	330.864,69	325.580,24
	113202	370.685,64	130.303,29
	113203	22.292,24	22.292,24
	113204	504.669,47	482.469,47
	113205	876.244,67	876.244,67
	113210	5.475,10	5.475,10
	113211	78.660,47	41.420,47
	Total	2.188.892,28	1.883.785,48

Fonte: Siafi 2023

No segundo trimestre de 2023 a única Unidade Gestora que possui software com vida útil definida é a UG 113205.

Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023

Com relação aos softwares com vida útil indefinida, as Unidades Gestoras 113205 e 113204 são as que possuem os valores mais expressivos, totalizando 40,03% e 23,05%, respectivamente.

Tabela 10 – Evolução dos softwares com vida útil definida no segundo trimestre de 2023

UG Executora		30/06/2023	31/12/2022
113201	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	0,00	0,00
113204	COMISSAO NAC. DE ENERGIA NUCLEAR-IRD	0,00	0,00
113205	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR-CDTN	179.563,92	143.250,10
Total		179.563,92	143.250,10

Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 11 – Evolução dos softwares no segundo trimestre de 2023

UG Executora		30/06/2023	31/12/2022	AH (%)
113201	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	330.864,69	325.580,24	2%
113202	COMISSAO NAC. DE ENERGIA NUCLEAR-IPEN	370.685,64	130.303,29	184%
113203	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR-IEN	22.292,24	22.292,24	0%
113204	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR-IRD	504.669,47	482.469,47	5%
113205	COMISSAO NAC DE ENERGIA NUCLEAR-CDTN	929.306,02	989.459,84	-6%
113210	COMISSAO NAC DE ENERGIA NUCLEAR-LAPOC	5.475,10	5.475,10	0%
113211	COMISSAO NAC DE ENERGIA NUCLEAR-CRCN-NE	78.660,47	41.420,47	90%
Total		2.085.299,40	1.997.000,65	12%

Fonte: Tesouro Gerencial

Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

A Comissão Nacional de Energia Nuclear avalia os ativos do intangível quando há indícios de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos vinculados ao desenvolvimento e aqueles que têm vida útil indefinida, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo

Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023

ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido. No segundo trimestre de 2023 não houve ajuste de exercício anterior.

Nota 05 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 30/06/2023, a Comissão Nacional de Energia Nuclear apresentou um saldo de R\$ 8.194.913,96 relacionados com fornecedores e contas a pagar no ativo circulante, não havendo obrigações de longo prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 12 - Fornecedores e Contas a Pagar

	R\$		
	30/06/2023	31/12/2022	AH (%)
Circulante	8.194.913,96	4.789.547,66	71,10%
Nacionais	3.303.659,83	2.792.327,79	18,31%
Estrangeiros	4.891.254,13	1.997.219,87	144,90%
Não Circulante	0,00	0,00	-
Nacionais	0,00	0,00	-
Estrangeiros	0,00	0,00	-
Total	8.194.913,96	4.789.547,66	71,10%

Fonte: SIAFI

Em junho de 2023, os fornecedores e contas a pagar do curto prazo dividem-se entre fornecedores nacionais e estrangeiros, sendo que os estrangeiros concentraram 59,69% dos valores a pagar.

O aumento expressivo nos fornecedores financeiros refere-se à aquisição de insumos para produção de radioisótopos fornecidos pelas empresas AMY e NTP Radioisotopes que foi liquidado em junho, mas o pagamento foi realizado no mês de julho.

A tabela a seguir relaciona as unidades gestoras contratantes ordenada com pelos valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 30/06/2023.

Tabela 13 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante

	R\$	
	30/06/2023	AV (%)
Unidade Gestora 113202	7.573.554,84	92,42%
Unidade Gestora 113211	353.549,66	4,31%
Unidade Gestora 113205	188.846,77	2,30%
Unidade Gestora 113203	42.104,84	0,51%
Unidade Gestora 113201	33.481,58	0,41%
Unidade Gestora 113204	3.376,27	0,04%
Total	8.194.913,96	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023

A unidade gestora 113202 é responsável por quase a totalidade dos Fornecedores e Contas a Pagar da CNEN, grande parte desse valor está diretamente ligada à produção de radiofármacos.

Na tabela apresentada a seguir, estão relacionados dois fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 30/06/2023. Os mais significativos, que aparecem discriminados na tabela, prestaram serviços para o IPEN - UG 113202. Esses valores foram liquidados em junho de 2023 e pagos no mês seguinte.

Tabela 14 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor

	R\$	
	30/06/2023	AV (%)
AMY S.A.	2.180.882,99	26,61%
NTP RADIOISOTOPES SOC	1.394.436,56	17,02%
Demais	4.619.594,41	56,37%
Total	8.194.913,96	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Os fornecedores mais significativos representam quase a metade do total a ser pago pela CNEN. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- (a) AMY S.A.– Aquisição de insumos para produção de radioisótopos - solução radioativa de molibdênio 99.
- (b) NTP RADIOISOTOPES SOC - Aquisição de insumos para produção de radioisótopos - solução radioativa de molibdênio 99 e iodeto de sódio.

Nota 06 – Obrigações Contratuais

Em 30 de junho de 2023, a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) encerrou o segundo trimestre com um saldo de R\$ 311.430.593,50, correspondente às obrigações contratuais (parcelas de contratos que serão executadas nos próximos meses/anos em todas as Unidades Gestoras da CNEN).

Tabela 15 - Obrigações Contratuais – Composição

	R\$		
	30/06/2023	31/12/2022	AH%
Aluguéis	1.222.036,24	1.392.637,69	-12,25
Fornecimento de Bens	166.765.217,82	211.192.516,04	-21,04
Seguros	687.653,51	687.653,51	-
Serviços	142.755.685,93	145.717.287,09	-2,03
Total	311.430.593,50	358.990.094,33	-13,25

Fonte: Tesouro Gerencial.

Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023

Com relação ao saldo apresentado em 30/06/2023, as obrigações contratuais relacionadas ao fornecimento de bens, representam 53,54% de todas as obrigações assumidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Na continuação, apresenta-se a tabela que demonstra o montante contratado por cada Unidade Gestora, em ordem decrescente de valores contratados, referente ao encerramento do segundo trimestre de 2023.

Tabela 16 - Obrigações Contratuais – Por UG Contratante

R\$

UG Executora	30/06/2022	AV(%)
113202	212.038.572,56	68,09
113201	54.455.714,18	17,49
113205	33.438.750,54	10,74
113210	3.147.218,78	1,01
113204	2.997.498,60	0,96
113207	2.807.388,71	0,90
113211	1.600.633,43	0,51
113203	944.816,70	0,30
Total	311.430.593,50	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial.

A Unidade Gestora 113202 é responsável por 68,09% do total contratado. Esse maior percentual ocorre, pois essa UG é a maior produtora de radiofármacos da CNEN, fato que demanda uma estrutura física mais complexa e a compra de insumos importados, sujeitos à variação cambial.

Na tabela apresentada a seguir, estão relacionados os quatro contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 30/06/2023.

Tabela 17 - Obrigações Contratuais – Por Contratado

R\$

Inscrição/CNPJ	Contratado	30/06/2022	AV (%)
EX1133921	AMY S.A.	67.286.019,40	21,61
EX1134672	THE OPEN JOINT STOCK COMPANY "ISOTOPE" JSC	46.343.301,15	14,88
06981180000116	CEMIG DISTRIBUICAO S.A	13.882.493,24	4,46
01011976000475	ORION TELECOMUNICACOES ENGENHARIA S/A	9.756.917,54	3,13
DEMAIS		174.161.862,17	55,92
	Total	311.430.593,50	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023

Os quatro principais contratados representam 44,08% do total das obrigações contratuais da CNEN. Os dois primeiros principais contratados e o quarto constituem obrigações da UG 113202. A CEMIG Distribuição S.A constitui obrigação da UG 113205.

Segue o resumo das principais obrigações contratuais:

AMY S.A.

Contrato 32/2022, referente à aquisição de solução radioativa de Molibdênio-99, via importação direta.

THE OPEN JOINT STOCK COMPANY "ISOTOPE"

Contrato 17/2021, com período de vigência de 11/05/2021 a 11/05/2026, cujo objeto é o fornecimento de solução radioativa de Cloreto de Lutécio-177 de baixa atividade e AC-225.

CEMIG DISTRIBUICAO S.A

Contrato 08/2022/CDTN/DIGEA, termo 16/2022, em 10/05/2022, com vigência de 15/05/2022 a 15/05/2027, publicado no DOU em 20/05/2022, referente ao fornecimento de energia elétrica no mercado regulado.

ORION TELECOMUNICACOES ENGENHARIA S/A

Contrato de prestação de serviço continuado de manutenção preventiva e corretiva na rede elétrica de distribuição de média tensão, da rede de baixa tensão, das cabines primárias e dos grupos de motores geradores e de iluminação pública no IPEN-CNEN, conforme contrato 07/2019.

Nota 07 – Provisões

A NBCT SP 03 define provisão como um passivo de prazo ou valor incerto. As provisões diferenciam-se de outros passivos devido a sua incerteza acerca do prazo ou do valor do desembolso futuro necessário para a sua liquidação. As provisões devem ser reconhecidas quando estiverem presentes os três requisitos abaixo:

- 1) Existe uma obrigação presente (formalizada ou não) decorrentes de eventos passados;
- 2) for provável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos ou potencial de serviços para a extinção da obrigação;
- 3) uma estimativa confiável possa ser realizada acerca do valor da obrigação.

Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023

O valor reconhecido como provisão deve corresponder à melhor estimativa de desembolso necessário para liquidar a obrigação presente na data das demonstrações contábeis.

No segundo trimestre de 2023, o Balanço Patrimonial da Comissão Nacional de Energia Nuclear apresentou os seguintes valores registrados como provisão, na conta contábil 217910500- Provisão para Serviço de Terceiros:

Tabela 18 - Provisão para Serviço de Terceiros

Unidade Gestora	R\$	
	30/06/2023	31/12/2022
Unidade Gestora 113201	5.577.958,60	3.577.224,18
Unidade Gestora 113202	11.877.692,50	10.189.260,50
Total	17.455.651,10	13.766.484,68

SIAFI 2021, 2022

Tais valores correspondem a obrigações presentes decorrentes de serviços médicos prestados aos beneficiários do PLAM-CNEN, vinculados a estas unidades gestoras.

Na Comissão Nacional de Energia Nuclear, nas Unidades Gestoras 113201, 113202 e 113205, a assistência à saúde dos beneficiários é um serviço prestado diretamente pelo órgão. Os valores gerados pelos serviços prestados a estes beneficiários passam por auditoria médica antes de liberados para pagamento, podendo sofrer reduções ou acréscimos. Dessa forma, até que se tenha o valor correto do serviço, essas obrigações são lançadas como provisões no Balanço Patrimonial do órgão. Essas provisões são revisadas mensalmente e ajustadas para refletir a melhor estimativa no momento. A estimativa dessa provisão é feita baseada nas guias de atendimento assinadas pelos beneficiários, nas quais constam o valor a ser auditado, referente aos procedimentos médicos executados.

Com relação aos valores lançados, cabem as seguintes observações:

UG 113201

O registro foi realizado em maio de 2023, com os dados referentes ao mês de agosto de 2022, evidenciando que os dados não estão sendo registrados tempestivamente. Tal valor de provisão foi retirado do Demonstrativo do PLAM CNEN e correspondem ao total em aberto e/ou vencido. Já foi solicitado que o plano médico fornecesse demonstrativos atualizados, porém a setorial contábil ainda não obteve resposta.

UG 113202

O montante foi atualizado mensalmente em 2023.

UG 113205

A UG 113205 informou em processo que não possui notas fiscais pendentes de pagamento. Embora as faturas de serviços médicos prestados também passem por auditoria médica, elas são prontamente pagas dentro do mês, conforme informado pela UG.

Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023

Com relação às provisões decorrentes de processos judiciais, foi enviado questionamento à Procuradoria, com vistas a considerar o envio do questionamento à Procuradoria Regional Federal da 2ª Região (RJ).

O questionamento se justifica pela necessidade em tomarmos conhecimento da existência de processos judiciais ajuizados contra a CNEN, os quais podem sugerir futuros desembolsos, e, dos valores a serem registrados e evidenciados nas demonstrações contábeis e notas explicativas decorrentes destes processos.

Esta solicitação está fundamentada considerando a Portaria Conjunta AGU/STN nº 8, de 30 de dezembro de 2015, a qual esclarece que:

"Art. 3º. Durante cada exercício financeiro, a Procuradoria Geral Federal informará à Secretaria do Tesouro Nacional e à direção central das autarquias e fundações públicas federais, o montante sobre as ações judiciais ajuizadas contra as Autarquias e as Fundações Públicas que importem em riscos fiscais."

O Manual SIAFI esclarece que a entidade reconhece uma provisão, a qual se define como um passivo de prazo ou valor incertos, sempre que considerar que o risco de perda da ação é **provável** e deve registrar a existência de um passivo contingente nos casos em que o risco de perda é apenas **possível**, mas não provável.

Os critérios para determinação do risco foram definidos por meio da Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015:

"Considerando que as informações prestadas pela AGU serão utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da União, destinadas a compor a prestação de contas anual do Presidente da República

(...)

Art. 1º Esta Portaria estabelece os critérios e procedimentos a serem observados pela AGU na prestação de informações sobre ações judiciais ajuizadas contra a União, suas autarquias ou fundações públicas, que possam representar riscos fiscais.

(...)

Art. 3º A classificação das ações quanto à probabilidade de perda observará os seguintes critérios:

I - do Risco Provável, que abrange: a) ação judicial de conhecimento, ação de controle concentrado de constitucionalidade ou recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida sobre conjunto de ações judiciais fundadas em idêntica questão de direito com decisão de órgão colegiado do STF desfavorável à Fazenda Pública; e b) ação judicial de conhecimento ou recurso representativo de controvérsia com decisão de órgão colegiado do Superior Tribunal de Justiça - STJ ou do Tribunal Superior do Trabalho - TST desfavorável à Fazenda Pública, que não tenha matéria passível de apreciação pelo STF. (NR)

II - do Risco Possível, que abrange: a) ação judicial de conhecimento, recurso extraordinário sobre processo individual ou recurso extraordinário desde o reconhecimento da repercussão geral sobre conjunto de ações judiciais fundadas em idêntica questão de direito até a decisão de órgão colegiado do STF desfavorável à Fazenda Pública; e b) ação judicial de conhecimento ou recurso representativo de controvérsia com decisão de órgão colegiado do Superior Tribunal de Justiça - STJ ou do Tribunal Superior do Trabalho - TST desfavorável à Fazenda Pública, que tenha matéria passível de apreciação pelo STF. (NR)

Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023

III - do Risco Remoto, que abrange as ações judiciais que não se enquadrem nas classificações previstas nos incisos I e II. (NR)''

Dessa forma, considerando os critérios acima expostos, foi solicitado auxílio quanto à existência de questões judiciais e valores pleiteados pelos impetrantes nas situações em que:

- Seja pouco provável que ocorra a condenação da CNEN em indenizar o requerente (remota);
- Não se possa prever com bastante acurácia, mas seja possível que haja desembolso financeiro da autarquia (possível);
- Seja bastante provável que a CNEN venha a ser obrigada a indenizar o requerente, ou seja, é uma obrigação presente e existe uma estimativa confiável do montante da obrigação (provável);

Nota 08 – Demais elementos patrimoniais relevantes

A CNEN opera o Plano Médico CNEN (PlanCnen) para seus servidores nos termos da Portaria Normativa nº 01 de 09 de março de 2017. As unidades gestoras que operam o Plano Médico são 113201 (CNEN – Sede), 113202 (IPEN) e 113205 (CDTN).

Os servidores são descontados do valor mensal de contribuição do Plano Médico por meio de desconto em folha de pagamento e esse recurso é registrado como ingresso extraorçamentário.

O pagamento das faturas relativas aos serviços médicos é feito por meio de lista no SIAFI de acordo com informação da Coordenação de Saúde Suplementar da CNEN. Vide Nota Explicativa 07 e 11.

II – Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

Nota 09 – Receitas Orçamentárias

No segundo trimestre de 2023, as receitas realizadas (arrecadadas) atingiram o montante de R\$ 73 milhões, 68% da previsão orçamentária para o ano de 2023.

Não houve previsão e não houve realização de receita de capital para o período. Dessa forma, o total de receitas realizadas corresponde ao total das receitas correntes.

A seguir, segue o quadro demonstrativo das receitas, referente ao segundo trimestre de 2023.

Tabela 19 - Receitas Previstas e Receitas Realizadas

R\$

CATEGORIA ECONÔMICA	Previsão Atualizada	% AV (Previsão)	Receita Realizada	% Realiz / Previsão
Receitas Correntes	107.836.221,00	100%	73.104.287,55	68%
Receitas de Capital	-	-	-	-
Total das Receitas	107.836.221,00	100%	73.104.287,55	68%

Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023

Fonte: SIAFI 2023.

A tabela a seguir demonstra o percentual de realização das receitas correntes por origem de recurso.

Tabela 20 - Receitas Correntes Previstas e Arrecadadas

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	% Realiz / Previsão	% AV Realizadas
RECEITAS CORRENTES	107.836.221,00	73.104.287,55	68%	100%
Receitas Tributárias	-	12.443.382,19	-	17%
Receita Patrimonial	6.300.123,00	3.696.341,99	59%	5%
Receita Industrial	98.289.490,00	55.917.136,59	57%	76%
Receitas de Serviços	3.209.094,00	1.014.391,25	32%	1%
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	37.514,00	33.035,53	88%	0%

Fonte: SIAFI 2023.

Pela tabela acima, verifica-se que as receitas industriais são as que possuem maior relevância dentro das receitas correntes. Essas receitas são decorrentes da produção de radiofármacos para fins medicinais. Além de receitas industriais, a CNEN também arrecada receitas decorrentes da prestação de serviços, receitas patrimoniais e tributárias. A receita tributária é decorrente da taxa de licenciamento, controle e fiscalização de materiais nucleares e radioativos e suas instalações.

É importante citar que as Receitas Realizadas contêm os valores correspondentes às receitas próprias arrecadadas pela CNEN, não se computando os créditos orçamentários repassados pelo MCTI. Esses créditos orçamentários não são demonstrados no BO, em face da metodologia de sua elaboração definida pela STN, por “ente” e não por “órgão”.

Nota 10 – Despesas Orçamentárias

Até o encerramento do segundo trimestre de 2023, a CNEN executou 94% das despesas correntes e 11% das despesas de capital fixadas no orçamento. Aqui estão sendo consideradas as despesas obrigatórias e discricionárias.

A seguir, segue o quadro demonstrativo, por categoria econômica, da dotação atualizada e das despesas empenhadas.

Tabela 21 – Despesas executadas por Categoria Econômica

R\$

CATEGORIA ECONÔMICA	Dotação Atualizada	Desp. Empenhadas	% Execução (Emp/Dot)	AV Empenhadas
Despesas Correntes	1.113.490.956,00	1.046.419.968,86	94%	99,89%
Despesas de Capital	10.194.596,00	1.152.633,80	11%	0,11%
Total das Despesas	1.123.685.552,00	1.047.572.602,66	93%	100%

Fonte: SIAFI 2023.

Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023

A diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, apresentada no Balanço Orçamentário da CNEN, resulta em um déficit de R\$ 974 milhões.

A ocorrência de déficit no Balanço Orçamentário extraído por Órgão (CNEN) é normal e ocorre porque a CNEN recebe recursos do Tesouro Nacional, para execução de suas despesas, não demonstrados nas receitas apresentadas, conforme explicado na Nota Explicativa 09.

Na tabela a seguir são apresentadas as despesas correntes e as despesas de capital executadas por grupo de natureza de despesa.

Tabela 22 – Despesas Correntes e de Capital executadas por Grupo

R\$

GRUPO DESPESA	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	% DESP EMP / DOTAÇÃO	AV %(EMPENHADAS)
1 – Pessoal e Enc. Sociais	794.489.257,00	794.489.257,00	100%	75,84%
3 - Outras Despesas Correntes	319.001.699,00	251.930.711,86	79%	24,05%
Subtotal Desp. Correntes	1.113.490.956,00	1.046.419.968,86	94%	99,89%
4 – Investimentos	10.194.596,00	1.152.633,80	11%	0,11%
Subtotal Desp. Capital	10.194.596,00	1.152.633,80	11%	0,11%
TOTAL	1.123.685.552,00	1.047.572.602,66	93%	100%

Fonte: SIAFI 2023.

Das Despesas Correntes, o grupo que apresentou o maior valor de execução foi o de Pessoal e Encargos Sociais, com o montante de R\$ 794 milhões, o que corresponde a 100% de toda despesa realizada.

Das Despesas de Capital, o único grupo que possui dotação é o de investimentos, e foi realizado 11% dessa categoria até o fechamento do segundo trimestre de 2023.

Grande parte das despesas de investimentos se refere a aquisições de equipamentos e material permanente, vide Nota Explicativa 17.

III – Notas Explicativas do Balanço Financeiro
Nota 11 – Ingressos Financeiros

No encerramento do segundo trimestre de 2023, os ingressos atingiram o montante de R\$ 1.887 milhões, representando um crescimento de 6% em relação ao mesmo período do ano de 2022.

Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023
Tabela 23 – BF: Principais grupos de ingressos financeiros

R\$ 1,00

INGRESSOS	30/06/2023	30/06/2022	AH (%)	AV (%) 2023
Receitas Orçamentárias	73.104.287,55	70.308.130,90	4%	4%
Transferências Financeiras Recebidas	983.209.646,65	945.510.008,31	4%	52%
Recebimentos Extraorçamentários	717.576.923,88	647.571.295,87	11%	38%
Caixa e Equivalentes de Caixa (Ex.Anterior)	113.405.067,71	110.965.745,30	2%	6%
TOTAL	1.887.295.925,79	1.774.355.180,38	6%	100%

Fonte: SIAFI Web.

Do total de Ingressos Financeiros, 52% se referem a Transferências Financeiras Recebidas e 38% se referem a recebimentos extraorçamentários.

85% das Transferências Financeiras Recebidas são relativas às “Resultantes da Execução Orçamentária” e 15% são “Independentes da Execução Orçamentária”.

As Transferências Resultantes da Execução Orçamentária são os Repasses e Subrepasse, ou seja, são as transferências intragovernamentais que a CNEN recebe. Para mais explicações, veja nota explicativa 13 – Variações Patrimoniais Aumentativas. Já as independentes de Execução Orçamentária são em sua maioria Transferências para Pagamento de Restos a Pagar.

É importante esclarecer que dentro do grupo “Recebimentos Extraorçamentários”, além dos restos a pagar inscritos, existem outros itens, tais como os recebimentos extraorçamentários referentes às consignações retidas em folha dos beneficiários do plano de assistência à saúde da CNEN (Nota Explicativa 08).

Nota 12 – Dispêndios Financeiros

Em paralelo aos ingressos financeiros, os dispêndios da CNEN tiveram um aumento de 6% no fechamento do segundo trimestre de 2023 comparado com o mesmo período de 2022.

Tabela 24 – BF: Principais grupos dos dispêndios financeiros

R\$ 1,00

DISPÊNDIOS	30/06/2023	30/06/2022	AH (%)	AV (%) 2023
Despesas Orçamentárias	1.047.572.602,66	992.088.001,15	6%	56%
Transferências Financeiras Concedidas	541.425.416,74	520.715.084,50	4%	29%
Pagamentos Extraorçamentários	169.393.556,64	145.987.296,95	16%	9%
Caixa/Equivalentes de Caixa (Saldo p/ Ex. Seguinte)	128.904.349,75	115.564.797,78	12%	7%
TOTAL	1.887.295.925,79	1.774.355.180,38	6%	100%

Fonte: SIAFI Web.

Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023

As despesas orçamentárias possuem duas classificações: ordinárias e vinculadas. As *Despesas Orçamentárias Ordinárias* compreendem as despesas de livre alocação entre a sua origem e a aplicação de recursos destinadas a atender a quaisquer finalidades. As *Despesas Orçamentárias Vinculadas* compreendem aquelas cuja destinação é definida em lei, estando os recursos atrelados a determinados programas, atividades, órgãos ou fundos. As despesas vinculadas em sua maioria se referem à Seguridade e Previdência Social.

No encerramento do segundo trimestre de 2023, as despesas ordinárias e vinculadas apresentaram os percentuais de 47% e 53%, respectivamente, do total das despesas orçamentárias.

Tabela 25 – BF: Composição das despesas orçamentárias

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	30/06/2023	30/06/2022	AH (%)	AV (%) 2023
	1.047.572.602,66	992.088.001,15	6%	56%
Ordinárias	615.301.128,79	532.796.515,72	15%	33%
Vinculadas	432.271.473,87	459.291.485,43	-6%	23%

Fonte: SIAFI Web.

Outro grupo representativo dos Dispêndios se refere às Transferências Financeiras Concedidas, onde estão contabilizados os Repasses e Subrepasses da UG 113209 (CNEN - Orçamento e Finanças) para as unidades da CNEN.

Dentro de Pagamentos Extraorçamentários estão os valores pagos referentes ao Plano de assistência à saúde da CNEN, além de outros pagamentos, inclusive, de pagamento de Restos a Pagar.

O Balanço Financeiro é a demonstração contábil que evidencia, além dos aspectos orçamentários, os aspectos extraorçamentários.

O resultado financeiro é obtido pela diferença entre os ingressos e os dispêndios financeiros. No segundo trimestre de 2023, a CNEN apresentou um resultado financeiro positivo de R\$ 15.499.282,04, também apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa e no Balanço Patrimonial, pela diferença entre os períodos de 2022 e 2023 na linha “Caixa e Equivalentes de Caixa”.

Abaixo segue Tabela com o Resultado Financeiro da CNEN obtido no segundo trimestre de 2023:

Tabela 26 – BF: Resultado Financeiro 2023

R\$

Resultado Financeiro 2023			
Receitas Orçamentárias			73.104.287,55
Transferências Financeiras Recebidas			983.209.646,65
Recebimentos Extraorçamentários			717.576.923,88
(-) Despesas Orçamentárias	(-)		1.047.572.602,66
(-) Transferências Financeiras Concedidas	(-)		541.425.416,74
(-) Pagamentos Extraorçamentários	(-)		169.393.556,64
Resultado Financeiro			15.499.282,04

Fonte: dados retirados do Balanço Financeiro de 2023.

Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023

Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício, apurado através da diferença entre Ativo e Passivo Financeiros demonstrados no Balanço Patrimonial.

IV – Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais**Nota 13 – Variações Patrimoniais Aumentativas**

O subtotal das VPAs no fechamento do segundo trimestre de 2023 teve decréscimo de 0,4% quando comparado com o subtotal do mesmo período de 2022.

Os grupos que demonstraram maior variação foram: **Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos** com 92% de variação negativa de 2022 para 2023 e **Outras Variações Patrimoniais Aumentativas** com 25% de variação negativa de 2022 para 2023.

Tabela 27 – DVP: Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas

R\$ 1,00

Composição VPAs	30/06/2023	30/06/2022	AH (%)	AV 2023 (%)
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (Taxas)	17.779.889,52	14.535.906,93	22%	2%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	64.009.347,49	62.325.861,14	3%	6%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	3.495.194,38	3.770.748,88	-7%	0%
Transferências e Delegações Recebidas	986.070.178,47	949.735.169,02	4%	92%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	4.093.889,95	49.691.372,70	-92%	0%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	218.547,23	290.270,93	-25%	0%
Subtotal VPAs	1.075.667.047,04	1.080.349.329,60	-0,4%	100%

Fonte: Siafi Web.

A grande variação negativa do saldo do grupo “**Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos**” entre 2022 e 2023 ocorreu principalmente porque em janeiro de 2022 foi registrada Reavaliação de Imóveis de Uso especial no SPIUNet gerando uma Variação Aumentativa e o mesmo não ocorreu em 2023.

A variação positiva de 22% no grupo “Impostos, taxas e Contribuições de Melhoria” ocorreu devido ao crescimento do recebimento de “**Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia**” (conta de VPA 412110100).

O grupo mais representativo que compõe as VPAs é “Transferências e Delegações Recebidas”. Esse grupo, no final do segundo trimestre de 2023, representou 92% do total das variações aumentativas, e em quase sua totalidade se refere a valores de transferências intragovernamentais, recebidas para a execução orçamentária (Repasse e Subrepasse recebidos). Esses valores representam a disponibilidade financeira, apresentadas também no Balanço Financeiro, recebida no exercício corrente como contrapartida dos recursos orçamentários registrados no Balanço Orçamentário, e

Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023

com impacto também no Balanço Patrimonial por aumentar as disponibilidades (conta “Caixa e Equivalentes de Caixa”) e consequentemente o Ativo Circulante:

- a) Recursos financeiros recebidos do MCTI: repasse;
- b) Recursos financeiros recebidos pelas unidades gestoras: *sub-repasse*.

Nota 14 – Variações Patrimoniais Diminutivas

No encerramento do segundo trimestre de 2023, as “**Variações Patrimoniais Diminutivas**” apresentaram o saldo de R\$ 1.105 milhões, apresentando um aumento de 3,7% em relação ao mesmo período de 2022.

Tabela 28 – DVP: Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas R\$1,00

Composição Variações Patrimoniais Diminutivas	30/06/2023	30/06/2022	AH%	AV %(2023)
Pessoal e Encargos	205.835.030,63	222.217.122,81	-7,37%	19%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	193.929.183,73	181.567.697,87	6,81%	18%
Uso de Bens, Serviços e Cons.de Capital Fixo	141.418.983,72	124.846.163,68	13,27%	13%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	223.462,19	22.919,45	874,99%	0%
Transferências e Delegações Concedidas	543.547.948,83	522.491.756,45	4,03%	49%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	13.559.565,57	8.349.825,50	62,39%	1%
Tributárias	1.024.072,67	881.055,53	16,23%	0%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	6.231.324,04	5.909.294,81	5,45%	1%
Total das VPDs	1.105.769.571,38	1.066.285.836,10	3,70%	100%

Fonte: Siafi Web.

Dentro de “**Transferências e Delegações Concedidas**” estão contabilizadas as transferências concedidas para execução orçamentária (Subrepasse Concedido) da UG 113209 (CNEN - Orçamento e Finanças) para as unidades da CNEN.

Nota 15 – Resultado Patrimonial

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio em cada exercício financeiro, isto é, evidencia as alterações nos bens, direitos e obrigações do órgão decorrentes da consecução das suas políticas públicas e indica o resultado patrimonial do exercício, que é agregado ao Patrimônio Líquido - PL no grupo de “Resultados Acumulados” do item Resultado do Exercício no final do ano.

Em suma, a DVP evidencia a contrapartida (aumentativa ou diminutiva) dos registros realizados no Balanço Patrimonial, que aumentam ou diminuem o patrimônio, à exceção dos fatos permutativos e dos ajustes de exercícios anteriores (que têm como contrapartida o PL, sem passar pelo resultado).

Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023

No segundo trimestre de 2023, a CNEN apresentou um resultado patrimonial negativo de R\$ 30 milhões.

Tabela 29 – DVP: Resultado Patrimonial do Período

R\$1,00

Demonstração Variações Patrimoniais	30/06/2023	30/06/2022	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	1.075.667.047,04	1.080.349.329,60	-0,43%
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	1.105.769.571,38	1.066.285.836,10	3,70%
Resultado Patrimonial do Período	-30.102.524,34	14.063.493,50	-314,05%

Fonte: DVP CNEN, 2022 e 2023 (SIAFI WEB).

V – Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa

Nota 16 – Ingressos de Caixa

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), em cumprimento ao Decreto nº 93.872/1986, a geração/ consumo de caixa e equivalentes de caixa da DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no BF.

No encerramento do segundo trimestre de 2023, foi apurado valor positivo, evidenciando uma geração líquida de caixa, de R\$ 15.499.282,04.

Tabela 30 – DFC: Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa- Saldo Inicial e Final

R\$ 1,00

Resultado Financeiro BF x Geração Líquida de Caixa DFC	30/06/2023	30/06/2022	AH (%)
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	128.904.349,75	115.564.797,78	12%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	113.405.067,71	110.965.745,30	2%
Geração Líquida de Caixa e Resultado Financeiro	15.499.282,04	4.599.052,48	237%

Fonte: SIAFI Web 2022, 2023.

Adiante, são apresentadas as atividades que contribuem para a formação de caixa do órgão.

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão, por tratar-se de investimentos. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos.

Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023

As atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

As atividades operacionais e de investimentos apresentaram movimentação no período, mas as atividades de financiamento não apresentaram movimentação.

Tabela 31 – DFC: Geração Líquida de caixa e equivalentes de caixa – Atividades R\$ 1,00

Atividades	30/06/2023	30/06/2022	AH (%)
Fluxos de Caixa das Atividades das Operações	23.605.206,19	9.763.233,21	142%
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	-8.105.924,15	-5.164.180,73	57%
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-	-
Total	15.499.282,04	4.599.052,48	237%

Fonte: SIAFI Web 2023, 2022.

Dos ingressos das atividades operacionais, o item que apresentou o maior montante de recursos foi o de “**Outros Ingressos Operacionais**”, com R\$ 1.027 milhões, representando 93% do total dos ingressos em decorrência das transferências financeiras recebidas – vide Nota Explicativa nº 11 e 13.

Tabela 32 – DFC: Geração Líquida de caixa e equivalentes de caixa – Atividades R\$ 1,00

INGRESSOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	30/06/2023	30/06/2022	AH (%)	AV(%) 2023
INGRESSOS	1.100.421.630,19	1.055.460.351,43	4%	100%
Receita Tributária	12.443.382,19	10.161.411,92	22%	1%
Receita Patrimonial	220.696,22	258.273,76	-15%	0%
Receita Industrial	55.917.136,59	52.438.185,90	7%	5%
Receita de Serviços	1.014.391,25	1.780.990,50	-43%	0%
Remuneração das Disponibilidades	3.475.645,77	2.967.646,61	17%	0%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	33.035,53	57.001,55	-42%	0%
Transferências Recebidas	-	2.644.620,66	-	-
Outros Ingressos Operacionais	1.027.317.342,64	985.152.220,53	4%	93%
Ingressos Extraorçamentários	38.738.485,89	35.195.119,69		4%
Transferências Financeiras Recebidas	983.209.646,65	945.510.008,31		89%
Arrecadação de Outra Unidade	5.369.210,10	4.447.092,53		0%

Fonte: SIAFI Web 2023, 2022.

O resultado positivo foi uma consequência, principalmente, do aumento dos ingressos no Fluxo de Caixa Operacional da CNEN, que apesar de ter sido de apenas 4%, teve uma variação monetária de R\$ 44.961.278,76.

Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023

Nota 17 – Desembolsos de Caixa

Os desembolsos relativos às despesas orçamentárias são apresentados na DFC por função de governo, diferentemente do BO (por grupo de despesa) e do BF (por elemento de despesa/categoria de gasto). A classificação orçamentária foi instituída pela Portaria MPOG nº 42, de 14 de abril de 1999.

A *função* pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. Reflete a competência institucional do órgão, como, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa, que guarda relação com os respectivos Ministérios. Há situações em que o órgão pode ter mais de uma função típica, considerando-se que suas competências institucionais podem envolver mais de uma área de despesa. Nesses casos, deve ser selecionada, dentre as competências institucionais, aquela que está mais relacionada com a ação.

(a) Atividades Operacionais

No segundo trimestre de 2023, os desembolsos das atividades operacionais totalizaram R\$ 1.076 milhões. Desse total, o grupo mais representativo foi o “**Outros Desembolsos Operacionais**”, que apresentou um montante de R\$ 580 milhões. Esse grupo apresenta tamanha representatividade pois é onde estão contabilizadas as Transferências Financeiras Concedidas – vide Nota explicativa nº 12.

Seguido do grupo “**Pessoal e Demais Despesas**”, com um montante de R\$ 466 milhões, 43% do total. Dentro deste grupo, a função **Ciência e Tecnologia** apresentou o maior volume, R\$ 300 milhões, o que representa 64% do total dos desembolsos do grupo “Pessoal”.

(b) Atividades de Investimento

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão.

No segundo trimestre de 2023 não houve ingressos derivados das atividades de investimentos, apenas desembolsos decorrentes, principalmente, de aquisição de ativo não-circulante e outros desembolsos de investimentos. A tabela a seguir evidencia os desembolsos que ocorreram em função de investimentos realizados pelas UGs.

Notas Explicativas 2º Trimestre de 2023

UG Executora		Natureza Despesa		JUN/2023
113201	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	449040	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	5.284,45
		449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	117.960,61
113202	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR-IPEN	449040	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	240.382,35
		449051	OBRAS E INSTALACOES	48.866,54
		449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.025.520,07
113203	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR-IEN	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	507.484,61
113204	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR-IRD	449040	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	33.060,00
		449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.434.785,69
113205	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR-CDTN	449040	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	38.617,82
		449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.621.192,86
113210	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR-LAPOC	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	587.100,00
113211	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR-CRCN-NE	449040	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	37.240,00
		449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	408.429,15
TOTAL				8.105.924,15

Fonte: Tesouro Gerencial, 2023